

ARTIGO

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO VERSUS DITADURA MILITAR: 1964-1985 – A CLANDESTINIDADE TAMBÉM MATA

Resumo

Este artigo possui como objetivo principal examinar a dinâmica partidária do PCB na sua última clandestinidade (1964-1985), período em que foi duramente combatido, e, mesmo com toda a perseguição imposta, desempenhou um importante papel na luta pela redemocratização no Brasil. Do ponto de vista metodológico, trata-se de um trabalho de reconstituição política que procura examinar a agremiação comunista. Para tanto utilizamos as referências bibliográficas relativas aos elementos mais significativos do contexto nacional do período. Concluímos que o fato de ter ocorrido uma longa ditadura militar impôs ao PCB uma severa clandestinidade, refletindo na sua fragilidade partidária no período de redemocratização e na sua pouca expressão política.

Palavras-Chave:

PCB; Ditadura Militar; clandestinidade; redemocratização.

Abstract

This paper has as main objective to examine the partisan dynamics of PCBs in their last underground (1964-1985), a period in which it was hard fought, and, even with all the persecution imposed, the party played an important role in the struggle for democracy in Brazil. From the methodological point of view, it is a work of political reconstruction that examines the communist guild to use both the references concerning the most significant elements of the national context of the period. We conclude that because it occurred a long military dictatorship imposed on the PCB a severe hiding, reflecting weakness in your party during the period of democratization and their little political expression.

Keywords:

PCB; military dictatorship; underground; democratization.

* Doutor em Ciência Política (UFRGS), professor da Universidade Federal de Tocantins (UFT).

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) é a organização partidária mais antiga do Brasil, fundada em 1922. Passou parte da sua existência na clandestinidade justamente pela caracterização política de ser um partido antissistema (SARTORI, 1982), que pregava uma radical transformação da sociedade a partir da perspectiva marxista. Assim, podemos considerar que, desde o seu nascedouro, teve que trilhar os caminhos da ilegalidade para manter-se atuante no cenário político nacional. No entanto, o partido obteve breves períodos de legalidade, como, por exemplo, entre 1945-1947, no governo Dutra; e, de 1958 até 1964, viveu uma semilegalidade consentida, porém sem conseguir a legalização da sigla partidária junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

No entanto, a face mais dura da clandestinidade seria acionada com o advento da Ditadura Militar, em 1964, evento este que, além de romper com a democracia vigente no Brasil, ainda elegia inimigos estratégicos os quais deveriam ser combatidos. Em síntese, o PCB, desde o momento imediato ao Golpe Militar, viu-se alçado a inimigo que deveria ser eliminado. Portanto, durante todo o período da Ditadura Militar teve que agir na clandestinidade política, obtendo o seu registro partidário legal somente em 1985 – com a passagem do governo militar para um civil.

Nesse contexto, este artigo possui como objetivo principal examinar a dinâmica partidária do PCB na sua última clandestinidade (1964-1985), período em que foi duramente combatido; não obstante, este partido, mesmo com toda a perseguição imposta, desempenhou um importante papel na luta pela redemocratização no Brasil. Com o intuito de cumprir o objetivo proposto deste artigo, analisaremos a sua política partidária nas seguintes fases, a fim de uma melhor compreensão de um período tão amplo e conturbado: 1) limiar do Golpe Militar e adesão à política das Reformas de Bases de João Goulart; 2) após Golpe Militar de 64 e discussões no seio do Comitê Central (CC) acerca da perspectiva de luta armada; 3) ajuste político da década de 70 e contribuição ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB); e, finalizando 4) eleições de 1982, as últimas em que o PCB iria ainda encontrar-se clandestino, atuando dentro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sucedâneo histórico do MDB.

O governo Jango: os antecedentes do golpe militar e o PCB

O período de início dos anos 60, mais precisamente a gestão do governo João Goulart, foi um momento de grandes turbulências no cenário político nacional. An-

tes dele, após o governo de Juscelino Kubitschek, quem assumiu o mandato de presidente do Brasil foi Jânio Quadros, eleito em 1961 pela coligação PTN-PDC-UDN-PR-PL, e que, mesmo em um curto espaço de tempo, mostrou-se extremamente polêmico e contraditório, culminando com sua renúncia do cargo em 1961. Neste momento, o seu vice-presidente, João Goulart, que foi eleito por uma coligação capitaneada pelo PTB, encontrava-se em missão diplomática na China comunista. Torna-se pertinente enfatizar que ele fora Ministro do Trabalho, no período Getúlio Vargas (década de 50). Aproveitando a oportunidade da renúncia de Jânio Quadros do cargo, os militares tentaram impugnar a ascensão de Goulart ao cargo presidencial, entre outras razões, justamente pelas reservas e ligações deste com a plêiade do trabalhismo.

Mesmo sem sucesso, a articulação golpista de 1961 impôs ao governo de Goulart o modelo parlamentarista. Em janeiro de 1963 foi realizado um plebiscito para definir a forma de governo do Brasil. O resultado deu ampla vitória para o presidencialismo, podendo, assim, Jango assumir plenamente como presidente do Brasil e tocar as tão “afamadas” *Reformas de Base*:

As ‘reformas de base’, como ficaram conhecidas, abrangiam algumas reformas bancárias, fiscal, urbana, agrária e universitária, bem como, mudanças políticas e institucionais, particularmente a extensão do direito de voto aos analfabetos e oficiais não graduados das Forças Armadas, assim como, a legalização do Partido Comunista. Incluíam, também, políticas nacionalistas que iam desde o controle sobre o capital estrangeiro até a nacionalização e o monopólio estatal de setores específicos da economia. Embora concebidas como partes de um programa global, a reforma agrária e as medidas dirigidas para aumentar o controle estatal sobre o investimento estrangeiro tornaram-se objetos de iniciativas de políticas públicas e polarizaram a luta política. (FIGUEIREDO, 1993, p. 66).

Essas reformas tornar-se-iam o grande ponto de ruptura e instabilidade do governo de Jango. Ainda, devemos realçar que tais demandas contemplavam os anseios do espectro nacionalista e da esquerda moderada que apoiava Goulart: 1) o PTB, 2) PCB, 3) Ligas Camponesas, 4) entidades sindicais, 5) UNE; um grupo eclético, mas sem, digamos, “densidade” política. Neste espectro se acentuava um jogo de forças que tensionava o governo entre esquerda e direita; assim como na própria estrutura política (executivo-legislativo) que compunha o aparato institucional, dando, neste momento, uma nítida moldura de um sistema político caracterizado como pluralismo polarizado (SARTORI, 1982). Em síntese, tínhamos uma grande fragmentação no sistema partidário, ativada por uma carga ideológica muito distante entre eles,

ocasionando, assim, uma fragilidade e pouca coesão no centro político capitaneado pelo PTB.

Neste processo em curso, o delineamento das *Reformas de Base* favorecia ao PCB, fazendo com que os comunistas endossassem plenamente o governo de Jango, buscando legitimá-lo, com o intuito de granjear futuramente a tão sonhada legalização partidária. Sendo assim, Segatto aponta, na sua obra *Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB – 1954-1964* (1995), que nesse período os comunistas do PCB aprofundaram a sua política de alianças com o PTB, apoiando o governo do presidente, assim como buscavam influenciá-lo politicamente. No entanto, segundo Segatto (1995), embora o PCB aderisse ao programa político de Goulart, internamente havia um tensionamento no lócus partidário, fazendo com que o partido oscilasse entre a *reforma e a revolução*: 1) por um lado, pleno apoio às *Reformas de Base*; e, 2) por outro lado, buscava imprimir, na medida do possível, um caráter mais aguerrido na sua política, ao apoiar toda a sorte de manifestações, forçando, assim, uma radicalização que não era compatível dentro do limite da política de Jango. Essas oscilações custariam caro, pois o governo de Goulart não tinha a estrutura e o amparo necessários para suportar tamanhas pressões e, ao mesmo tempo, nem a oposição nem a esquerda conseguiam compreender os frágeis limites institucionais do presidente.

É relevante enfatizar também que um dos pontos nodais das *Reformas de Base* era a questão agrária. Este ponto tornava-se, no curso da política do período, o grande “calcanhar de Aquiles”, tensionando, portanto, o governo Goulart em seu grau máximo: “Goulart argumentou que a solução do problema agrário por meio do funcionamento de mecanismos democráticos e legais estava sendo dificultado pela guerra de retórica entre a esquerda e a direita” (FIGUEIREDO, 1993, p. 72). Embora o PCB fosse o fiador das políticas de Goulart, internamente, conforme já enfatizado, havia também uma disputa em sua seara política, justamente por esse excessivo atrelamento da política pecebista ao aparelho estatal do governo. Como reflexo dessa adesão exacerbada, Segatto (1995) aponta que, neste momento, ocorria o apogeu da inserção do PCB na política nacional, mesmo semiclandestino, inclusive participando das eleições, pois conseguia burlar a sua ilegalidade, elegendo candidatos dentro de outros partidos mais progressistas. Dessa feita, a política do período oscilava: 1) do ponto de vista das instituições políticas, parafraseando Argelina Figueiredo (1993), entre *democracia e reforma*; e, 2) do ponto de vista do PCB, referindo-se a Segatto (1995), entre *reforma e revolução*.

Quanto ao plano nacional, não obstante as turbulências em curso, Goulart insistia no aprofundamento das reformas. É catalisador o emblemático comício de 13

de março de 1964, quando Goulart conclamava e “pedia urgência para a mudança da ‘arcaica’ Constituição, insistindo que ela ‘não mais correspondia às aspirações do povo [...] porque legaliza[va] uma estrutura econômica obsoleta, injusta e desumana” (FIGUEIREDO, 1993, p. 181). Ainda, ganhou contornos políticos a famosa rebelião dos marinheiros, na qual Goulart endossou os revoltosos, causando transtornos à alta cúpula militar: “o tratamento que o governo deu a esse acontecimento foi mais um estímulo à ação dos militares” (FIGUEIREDO, 1993, p. 184). Quanto ao PCB, em meio a toda essa conjuntura e agitação na seara nacional, aproveitava, a seu modo, para galvanizar apoio político para a sua hoste partidária, assim como para relatar um clima de muita tranquilidade entre as forças militares, nas palavras de seu dirigente máximo:

As forças armadas no Brasil têm características muito particulares, muito diferentes de outros países da América Latina. Uma das questões específicas da revolução brasileira é o caráter democrático, a tradição das Forças Armadas, particularmente do Exército. No exército brasileiro, esse democratismo vem de longe. A oficialidade do Exército era recrutada, em geral, entre a pequena burguesia mais pobre. Eu mesmo, que estou lhe falando, só fui para a Escola Militar porque era o único lugar onde poderia estudar engenharia [...]. O quer dizer, a pequena burguesia mais pobre, justamente ia para a escola Militar, e isso deu um caráter democrático, particularmente ao Exército brasileiro, que participou e vem participando, em geral, de todas as lutas do nosso povo [...] Temos em nossa direção numerosos ex-policiais, o que causa surpresa com que eles compreendam melhor esta especificidade no caráter das forças armadas brasileiras, lhes pergunto: diga uma coisa, lá no país de vocês, seria possível um antigo oficial do Exército acabar secretário-geral do Partido Comunista? Eles consideram isto impossível, mas no Brasil é possível, dado o caráter democrático das Forças Armadas. (NOVOS RUMOS, 1964 apud GORENDER, 1987, p. 53).

Grande engano de Prestes, pois a oposição junto às forças armadas já estava em franca campanha para abalar de vez o governo de João Goulart. Para este aspecto é pertinente apontar o clássico estudo de Dreifuss, *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe* (1981), no qual mostra como uma elite internacional associada à elite nacional compôs um verdadeiro bloco hegemônico, com o intuito de buscar atingir o poder. Neste sentido, destaca a criação do IPES-IBAD, cujo objetivo era “agir contra o governo nacional-reformista de João Goulart e contra o alinhamento de forças sociais que apoiavam a sua administração” (DREIFUSS, 1981, p. 161). Buscando atingir os seus objetivos, esses órgãos citados procuravam ter relações com a Escola Superior de Guerra (ESG). Dessa forma, cristalizavam-se as forças de oposição contra o governo Goulart: empresários, elite externa, for-

ças armadas e coalizão política oponente; para finalizar, bastava trazer o povo para junto da oposição, evitando a repetição do malogrado golpe de 1961. Para tanto, nesse turbulento março de 1964, marcado pelo medo do perigo vermelho, as forças opositoras organizaram, junto com o alto clero, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, consolidando os condicionantes para o golpe, junto com os seus principais atores; sendo que o povo, ou seja, a classe média, agora, apoiava o golpe diferentemente da fracassada estratégia golpista de 1961, abortada pela campanha da legalidade.

Em 31 de março de 1964, encerrou-se um ciclo no Brasil. Instalava-se um Golpe Militar, representando a reação das forças conservadoras compostas pelos setores do empresariado nacional e internacional, em conjunto com setores da classe média, sendo capitaneadas essas forças pelos militares, com a finalidade de contraporem o caráter populista-reformista da coalizão que girava em torno do PTB de João Goulart. De acordo com a aferição de Dreifuss (1981), o golpe não foi um ato abrupto, mas sim um movimento gestado durante um longo tempo, por este bloco, com a finalidade de tomada do Estado.

Por um período de quase dez anos, o bloco de poder emergente visou a uma acomodação com o bloco de poder populista [...] quando os interesses multinacionais e associados notaram a dificuldade crescente em se conseguir conter a massa popular dentro do sistema político populista, o bloco de poder emergente teve de recorrer a outros meios. (DREIFUSS, 1981, p. 106-107).

Quanto à apreciação por parte da esquerda efetivamente participante, temos a seguinte constatação de Jacob Gorender, personagem de proa do Comitê Central do PCB no período:

A hegemonia da liderança nacionalista burguesa, a falta de unidade entre as várias correntes, a competição entre chefias personalistas, as insuficiências organizativas, os erros desastrosos acumulados, as ilusões reboquistas e as incontinências retóricas – tudo isto em conjunto explica o fracasso da esquerda. Houve a possibilidade de vencer, mas foi perdida. [...] Mais grave é que foi perdida de maneira desmoralizante. Com a definição incontestável no dia 1º de abril, já no dia 3, a operação Brother Sam era desativada no Caribe, os generais triunfantes proclamaram que o Ocidente ganhou no Brasil formidável vitória a baixíssimo custo. (GORENDER, 1987, p. 67).

Como podemos observar, o golpe de 1964 encerra um ciclo extremamente complexo da política nacional, tanto em face das disputas que polarizavam o cenário institucional, quanto em face do acirramento das disputas no seio da esquerda, principalmente PCB. Os eventos de 1964 não desferiram “apenas” um golpe na democracia brasileira, mas também soterraram o projeto político do PCB, que endossava as *Reformas de Base* e todo o delineamento político a partir de uma revolução pacífica, tão divulgada pelo PCUS; erodindo, assim, todo um trabalho político e uma futura aludida legalização partidária.

PCB: opção pela luta armada ou reforma – o exemplo cubano

Podemos dizer que o Golpe Militar de 1964 serviu como divisor de águas para a esquerda brasileira. O PCB, nesse momento, ainda o maior partido de esquerda nacional, viu-se atacado em toda a sua estrutura orgânica, assim como a sua linha política passaria a ser questionada no imediato ao golpe. No tocante ao questionamento da linha política, devemos relembrar que, no curso da luta no período Goulart, esta já era objeto de disputa interna, sendo acionada mais incisivamente, portanto, com o advento do golpe militar. Ou seja, a unidade na ação da linha política, delineada por uma comissão indicada pelo Comitê Central e aclamada no V Congresso do partido em 1960, mostrava-se mais explicitamente em suas contradições internas. No entanto, como procede a todos os partidos marxista-leninistas, os opositores ainda não podiam contrapor veementemente o centralismo democrático.

Nesse período, a partir de 1964, o PCB iria de fato entrar na dicotomia entre a reforma ou revolução: se permaneceria com a sua linha política tida como reformista (V Congresso) ou entraria definitivamente na seara da revolução. Essa discussão estava no cerne do alinhamento com a Internacional Comunista, que definia a diretriz política de Frente Única para os países latino-americanos e asiáticos, caracterizando-os como países atrasados e ainda com resquícios feudais. Para tanto, justificava-se a necessidade dessa revolução em duas etapas. Assim, uma via mais radical romperia com a dinâmica definida pelos cânones do marxismo internacional, batendo de frente com o PCUS. Era preciso abafar qualquer tentativa mais rebelde no seio do PCB. Porém, os ventos cubanos começavam a soprar no Brasil, a despeito da direção dos comunistas.

Obviamente, o PCB, como caudatário da influência da URSS e a sua propalada via pacífica, demonstrava uma falta de ênfase para com a revolução cubana. Desse

modo, dava mais destaque aos aspectos da luta anti-imperialismo e antilatifúndio tocada pelos revolucionários cubanos, buscando uma comparação “forçada” com o programa do V Congresso. No entanto, sempre ciosos, os comunistas do PCB procuravam relativizar e diminuir o aspecto da insurreição e passagem direta ao socialismo (SADER, 1991). Em síntese, mediante a conjuntura brasileira, a direção do PCB estava muito mais disposta a reerguer o partido e a buscar culpados pelo fracasso do que a compreender o processo cubano, ou seja, Cuba era uma influência geograficamente ainda muito distante. Então, passado o primeiro susto, os comunistas começaram a lentamente reconstruir o PCB, com o intuito de reinseri-lo na seara da política nacional.

Quanto ao cenário político, devemos enfatizar que, embora os militares no Brasil tenham infringido uma ditadura militar, mantiveram, ainda que aparentemente, certa “normalidade” nas instituições democráticas, quais sejam: partidos políticos e eleições regulares, embora rudimentares e com cassações. Tal fórmula orquestrada pelo militares ficaria às claras com a institucionalização do AI-2, que extinguiu de vez os partidos políticos, criando apenas duas agremiações legais dentro de um regime bipartidário controlado pela ditadura militar. Havia, então: 1) por parte da oposição consentida, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB); e, 2) por parte da situação, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Devemos enfatizar, porém, que ser oposição durante a ditadura militar apresentava sérios riscos, pois grande parte dos deputados do antigo PTB de Goulart foi cassada, não podendo, assim, migrar para o MDB (KINZO, 1988).

Esse aspecto peculiar da ditadura militar brasileira se tornava muito importante, pois seria nesse cenário de oposição consentida que o PCB tentaria reorganizar o seu caminho. Conforme nos assegura Maria Dalva Kinzo, na obra *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB* (1988), o PCB foi uma das primeiras organizações políticas que apoiaram o MDB desde o seu nascedouro, em 1965, através da dupla militância – a legal, no MDB, e a ilegal, no PCB, sendo que, como era de se esperar, tinha pouco poder de influência no início de sua trajetória. Embora com o seu limitado tônus dentro do MDB, os comunistas começavam a gestar, dentro desta agremiação política legal, a continuidade da tática de Frente Única, agora na esperança de se unirem aos democratas mais avançados.

No entanto, a parcela mais exaltada e que já estava, desde meados do Governo Goulart, buscando um caminho mais aguerrido e revolucionário começava a ser voz dissonante, agora nitidamente audível, contrapondo-se às diretrizes políticas continuístas do Congresso. Entre as primeiras vozes que despontava surge a figura de

Carlos Marighella, personagem de importância do Comitê Central e ex-deputado constituinte do partido em 1947, porém ainda cioso e respeitoso das diretrizes do Comitê Central (CC) que ele compunha. Não obstante, as fagulhas começavam a ser acesas, principalmente com o advento da eleição de 1966, a qual iria eleger os senadores, deputados federais e deputados estaduais do período: grande parte da militância comunista se rebelou e não concordou em entrar no “jogo da ditadura”, assim definido por eles, o que é um impasse complicado para o PCB. Torna-se pertinente enfatizar que, conforme o PCB ia se enquadrando nos processos políticos previamente conduzidos pela ditadura, mais uma parcela de militantes, especialmente as novas adesões partidárias no pós 64, ia se distanciando da linha tática de Frente Única do partido. Por outro lado, aumentava a procura por novos exemplos de luta, a fim de se romper com a diretriz partidária vigente e trilhar outra via de luta contra a ditadura militar. Um dos grandes faróis tornar-se-ia a Revolução Cubana.

Para os comunistas do PCB, Cuba antes parecia ser um lugar tão distante e com características distintas das da natureza brasileira. Naquele momento, entretanto, parcela da esquerda nacional buscava semelhanças, justamente com o intuito de endossar o exemplo a ser seguido da Revolução Cubana. Nesse meio tempo, chegavam clandestinamente a obra de Che Guevara, *A Guerra de Guerrilhas* (1980), e, principalmente, o livro de Régis Debray, *Revolução na Revolução* (1967), exemplificando o modelo cubano e servindo como verdadeiros manuais para a consecução da luta revolucionária. Nesse contexto, a situação brasileira servia de cenário. Essas publicações eram apresentadas como receituário para romper com o imobilismo do PCB. Em outras palavras, se não houvesse as condições objetivas para a revolução, ela seria construída mesmo acima do aparato do PCB e com o risco de rompimento partidário (SADER, 1991, p. 172). Podemos dizer que esses livros fizeram a “cabeça” de uma nova geração que aderiu à luta política no curso do pós-64. Ainda se torna importante registrar que esses novos personagens, embora inseridos no PCB, não tinham experiência de militância nas lutas pelas *Reformas de Base* no período do governo Goulart, fato este que os tornava mais descompromissados com o modelo imprimido pelo CC (V Congresso). Contudo, precisamos ponderar tal afirmativa; pois, embora fosse uma nova geração de militantes que surgia na seara comunista, estes tornavam-se também caudatários das discussões já candentes no seio do PCB, vide Marighella e outras figuras de destaque na hoste comunista.

Com a oposição ao Comitê Central assolando a seara do PCB, os dirigentes buscavam ganhar tempo: tirar de circulação eminentes militantes que pudessem pôr em risco a linha política do partido e, no caso extremo, a sumária expulsão com todos os

adjetivos contrarrevolucionários atribuídos aos militantes discordantes, acusando-os pela formação de grupelhos, frações e atuarem contra o real partido representante da classe operária. Em tempo, demarcava-se um processo de ruptura latente, em que muitas dissidências estaduais já começavam a fazer recrutamento de militantes diretamente para elas, e não mais para o PCB: era o início da diáspora e o nascimento de uma nova esquerda no Brasil.

O VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro estava marcado para 1964, com o intuito de buscar uma readequação da linha tático-estratégica do PCB aos acontecimentos de 1963, ou seja, a grande proximidade do PCB com as instâncias do governo Goulart e as suas *Reformas de Base*. Obviamente que os acontecimentos abortaram esse congresso, ocorrendo a sua realização somente no ano de 1967, em outra conjuntura, totalmente clandestina e com grandes adversidades, pois a polícia política estava no enalço dos militantes comunistas. Além das adversidades ocasionadas pela clandestinidade, como referido, agora havia fissuras bem visíveis que rachavam de cima a baixo o PCB, da base à direção partidária. Tais abalos faziam com que o CC imputasse fortemente as regras de obediência ao centralismo democrático; no entanto, estas eram insuficientes para abrandar os ânimos dos militantes mais exaltados.

Não obstante, o Comitê Central ia perdendo a sua unidade; aliás, a unidade era, segundo os seus adversários, apenas aparente visando à legitimação das teses no VI Congresso do partido. Além desses fatos, pesava a grande derrota sofrida com o golpe de 1964, que se encontrava ainda latente, além da necessidade de ter bodes expiatórios, os quais, nesse momento, seriam os que tivessem posição contrária à maioria do CC. Mesmo com as manobras da direção, a oposição ia se estruturando em todo o Brasil, surgindo a denominada Corrente Revolucionária: “De início agrupou-se em torno de dirigentes tradicionais que, aliás, haviam desempenhado papel chave na elaboração e defesa das formulações de 1958-1960: Mario Alves, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho, Jover Telles, Carlos Marighella” (AARÃO REIS FILHO, 1990, p. 47).

No tocante às teses do VI Congresso, mesmo vivendo em uma ditadura militar, a linha tático-estratégica do partido não foi modificada: revolução por etapas – nacional e democrática, com a tática de Frente Única. Quanto à Frente Única, esta pretendia reunir uma ampla coalizão de militantes e progressistas nacionais democráticos dentro do MDB, com o intuito de promover uma ampla frente legal para combater a ditadura. Nas palavras de Gorender (1987, p. 90): “Como perspectiva de luta, propunham as Teses a derrota da ditadura militar através das alianças com

a oposição burguesa e dos arranjos de cúpula. Reiterava a confiança na burguesia nacional e na possibilidade do caminho pacífico da revolução”.

Tais diretrizes eram radicalmente rechaçadas por grande parte da militância. Os debates em torno da tese iam atestando a perda da coesão interna do PCB. Várias seções estaduais aprovavam teses radicalmente contrárias. Assim o CC foi perdendo por maioria em diversos Estados, entre os quais se destacam: Rio Grande do Sul, que tinha a presença de Jacob Gorender; e São Paulo, dirigido por Marighella. Somam-se ainda as derrotas sofridas no Rio de Janeiro e Guanabara. Segundo Gorender (1987, p. 91), “sob o controle de Prestes e Dias, a Comissão executiva não se dispôs a aceitar as derrotas com espíritos democráticos. A situação de clandestinidade facilitava o desrespeito às decisões das assembleias e conferências”. Como era de se esperar, a situação ficaria sombria para os descontentes; pois, além do enalce da repressão, ainda ousavam ir contra as diretrizes do CC.

Em face da exclusão dos oponentes da tese de 1967, os dissidentes buscaram se articular visando a uma unidade, a fim de, novamente, como o PCdoB, em 1962, reconstruir um partido realmente revolucionário. Porém, as adversidades tornavam muito mais difícil a unidade, pois a repressão estava em seu enalce. Assim, além das divergências teóricas e programáticas, a unidade era prejudicada pela repressão, que começava a atingir como mais eficiência os dirigentes comunistas. A unidade não vicejou, fazendo com que, a partir de cada dissidência regional surgisse uma organização própria. Segundo Aarão Reis Filho (1990, p. 49): “As dissidências se pulverizavam. Com acordos demasiadamente genéricos e dirigentes muitos jovens e inexperientes não formaram lastro suficiente para estruturar uma organização partidária nacional”. Dos frutos da Corrente Revolucionária, surge o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), acrescentando-se a letra R, com o objetivo de demonstrar um continuísmo com o projeto abandonado pelo PCB: à revolução socialista. O PCBR teria destaque no conjunto das lutas no Rio de Janeiro e no Nordeste (DELLA VECHIA, 2005).

Quanto à seção do partido em São Paulo, esta era capitaneada pela figura de Carlos Marighella, que já se encontrava em total oposição ao CC, desde a sua ida a Cuba. De imediato, passou a adotar o nome de Agrupamento Comunista de São Paulo, depois se chamando de Aliança Libertadora Nacional (ALN). Em face da ida de Marighella a Cuba, a ALN não segue a caracterização de partido, tal e qual o PCBR; pelo contrário, adquire um caráter quase anarco-comunista, baseando-se nas ações armadas com o intuito de desenvolver a revolução. Não havia o centralismo democrático, pois possuía vários comandos visando à luta armada real. Também

mudou o enfoque do campo primordial da luta, deixando de seguir os cânones do castro-guevarismo, com a guerrilha a partir do foco no campo, o foquismo, e incorporando, numa primeira etapa, a tática de guerrilha urbana, para depois enquadrar a passagem para o campo como área estratégica, através de uma coluna guerrilheira. Tal linha política se cristalizaria na elaboração por Marighella do *Mini manual guerrilheiro urbano* (1969), traduzido para vários idiomas. Torna-se importante registrar que, mesmo incorporando algumas mudanças com relação à linha cubana, a ALN era a organização oficial e legitimada pela alta hierarquia militar de Cuba, enviando, já no imediato ao VI Congresso do PCB, os primeiros militantes dissidentes para treinar guerrilha em Cuba (GORENDER, 1987).

Das outras dissidências que não fizeram parte da Corrente destaca-se, pelo vulto que tomou no momento da luta armada, a Dissidência da Guanabara (DI-GB). Esta ganhou expressão com as lutas estudantis do período, mas não logrou unificar as dissidências do PCB. Esta organização rompeu com o CC já em 1966, em face das eleições daquele ano e do apoio do PCB ao MDB. Embora filha legítima do velho partido comunista, a DI-GB não espera as resoluções da VI Congresso do PCB, em 1967, buscando imprimir uma característica própria no curso da luta política. Segundo Aarão Reis Filho (1990, p. 50), a DI-GB “tentou adquirir um perfil próprio, afirmar uma alternativa entre os que preconizavam ações armadas imediatas (ALN) e os que defendiam a construção prévia de um partido de novo tipo (PCBR)”. No entanto, os caminhos levariam a DI-GB pelas mesmas trilhas da luta armada a partir do AI-5, já que esta era visão do período. Apostando no foquismo cubano como tática de luta, a partir de 1969 adota o nome de MR-8.

Convém registrar que para a esquerda houve dois golpes: 1) o primeiro, de 1964, que durou até 13 de dezembro de 1968, com a institucionalização do AI-5; e 2) depois o segundo golpe, promovido pelo AI-5 pela Junta Militar, sendo conhecido como o “golpe dentro do golpe”. Com o AI-5, acabavam as esperanças de algumas parcelas da esquerda que ainda buscavam uma articulação com as entidades legais ou semiclandestinas visando construir uma política de massa, pois agora a ditadura apresentava toda a sua força, através da estruturação do aparelho repressivo, dando pouco espaço, portanto, para as lutas nas instâncias legais. Ao mesmo tempo, parte da esquerda possuía uma visão “ingênua”, achando que o AI-5 seria o estopim que ascenderia um barril de pólvora e colocaria em xeque a ditadura; pois acreditavam que, com o aprofundamento da luta armada, as massas iriam se levantar e aderir à luta. Ledo e cruel engano, uma vez que as organizações, longe de ganharem as mas-

sas, ficaram ainda mais isoladas no seu cerco clandestino (AARÃO REIS FILHO, 1990, p. 69).

Não obstante o processo da luta armada, o PCB tentava participar do curso da luta legal, através do MDB, reativando bases e buscando se inserir nas eleições de 1970. Obviamente que tal fato não passava despercebido pelo crivo da repressão. No entanto, o alvo principal da ditadura era abater as organizações armadas que se dedicavam à tentativa de organizar a guerrilha urbana. Assim sendo, aproveitando essa brecha, a direção do PCB buscava reconstruir o partido, mesmo sob a mira de revólver da ditadura, visando, assim, construir novas alternativas de lutas. Tais tentativas de inserção legal faziam com que o PCB perdesse mais ainda o seu atrativo para a juventude radicalizada, que preferia o caminho da luta armada, a qual tinha o objetivo de, justamente, distanciar-se do estigma que assolava o PCB: imobilista e reformista.

Quanto às tentativas da esquerda armada, em meados de 1970, é organizada a Frente Revolucionária, que seria uma união informal dos vários grupos armados, visando a trocas logísticas, com o intuito de efetivar operações armadas. Mas isso seria uma nova derrota, conforme Aarão Reis Filho (1990, p. 73): “A derrota surpreenderia em 1964. Um drama político. Depois de 1968, sem deixar de surpreender, a derrota massacraria, em forma de tragédia, os comunistas brasileiros”. Assim, os comunistas se deparavam em poucos anos com a sua segunda derrota. Sobravam sonhos, mas faltavam condições objetivas e físicas para operacionalizar uma virada política. Neste ínterim, de um lado 1) ficara o PCB, galvanizado pelo CC e endossando a política do VI Congresso e com o apoio ao nascente MDB; e de outro lado, 2) os dissidentes, que optaram, em condições totalmente adversas, a uma luta armada extremamente desigual, na qual foram aniquilados política e fisicamente.

O ajuste da linha tático-estratégica do PCB na virada dos anos 1970

Com o fim do ciclo de luta armada no Brasil, os militantes da esquerda que não estavam presos precisavam repensar as suas formas de luta. A questão era como agir politicamente na reconstrução das suas organizações. É importante frisar que, mesmo em meio a mortes, exílios e prisões, o PCB continuava com a sua linha política inclusa no MDB, tentando, mesmo que infimamente, constituir-se como uma unidade de luta contra a ditadura. Quanto às outras parcelas da esquerda, sobrava pouca opção de luta. Tentavam, a seu modo, reconstruir um trabalho clandestino nas

organizações de base, buscando reativá-las ou, com muito receio, seguir o exemplo do PCB ingressando no MDB, embora não confiassem na linha política da oposição legal.

Entretanto, devemos fazer algumas ressalvas; pois, a partir de 1970, entrava no MDB uma nova parcela de deputados eleitos, mais aguerridos, sendo encarados pela imprensa como os “autênticos”, pelo tom da luta, proporcionando, assim, um viés mais de partido de oposição ao MDB. Devemos, porém, suavizar esse tom, pois ser oposição mesmo legalizada no MDB, tinha um ônus: assinar ficha em certas regiões do país em um partido de oposição implicava necessariamente ser perseguido, investigado pela polícia, preterido em nomeação de concurso público, além de uma série de outras medidas coercitivas que os arenistas buscassem lograr. Assim, o campo de oposição do MDB dava-se nos grandes centros urbanos, principalmente na região sul-sudeste, em que o grande embate procedia nas eleições do período.

Durante as eleições de 1966 e 1970, respectivamente, os pleitos que visavam eleger deputados estaduais, deputados federais e senadores eram dominados pela Arena, que venceu essas disputas, em parte, pela ampla campanha da esquerda pelo voto nulo (MOREIRA ALVES, 1984). No entanto, nas eleições de 1974, a situação começaria a mudar, pois a ditadura, acreditando que venceria mais uma vez, decide abrir o debate para a campanha, com o intuito de legitimar-se perante a opinião pública. Assim, acontecem os primeiros debates pela televisão. A oposição criou uma campanha diferenciada, cuja propaganda pela televisão foi elaborada pelo Centro Brasileiro de Pesquisa (Cebrap), que contava com eminentes pesquisadores, via de regra professores sumariamente aposentados das universidades pelo governo militar (KINZO, 1988). Nessas campanhas, os temas procuravam relacionar a questão da ditadura ao custo de vida, repressão, etc. A propaganda cai perfeitamente para o MDB, proporcionando, em algumas regiões, vitórias para esta agremiação. Em tempo, torna-se importante frisar que, como não havia eleições para governadores, a campanha para senador assumia o tônus e a dramaticidade de uma campanha majoritária.

Com a aceitação por parte da ditadura da vitória parcial do MDB em algumas regiões, em 1974, estas vitórias seriam a senha para a esquerda de que estava ocorrendo um iminente processo de liberalização do regime, mesmo que muitíssimo bem controlado. Era o que bastava para o PCB acreditar que a sua linha tática era a mais acertada, considerando-se, assim, o porta-voz da vitória do MDB. Ainda, com a avalanche de votos recebidos pelo MDB, a esquerda armada, que se recompunha, saindo da prisão, realizava uma autocrítica da luta armada, buscando, assim, reconec-

tar-se com a sociedade, através da senda que começava a galvanizar o apoio popular: os processos eleitorais. Talvez um dos fatos mais singulares da ditadura brasileira foi que, com o intuito de aparentar certa naturalidade do processo político, manteve eleições regulares, tal e qual o calendário no período multipartidário anterior. Tal situação, além de causar uma distinção para as demais ditaduras do Cone Sul, fornecia, na medida do possível, um lastro legal para a articulação subterrânea da esquerda inclusa dentro do MDB. Neste período, teríamos declaradamente a dupla militância: a legal – dentro do MDB – e a ilegal – nas organizações de esquerda que compunham a agremiação emedebista (FIGUEIREDO, 2009).

É relevante destacar que, em 1974, quem assumiu a presidência foi o General Geisel, prometendo uma distensão lenta, segura e gradual. Porém, para efetivar o processo de transição para a democracia no Brasil, algumas cabeças precisavam ser cortadas: a dos comunistas. A ditadura, a fim de tentar efetivar a transição, precisava buscar alguns resguardos legais e, principalmente, ter sob controle os seus possíveis e futuros oponentes. Assim sendo, era inadmissível aceitar que o partido comunista estivesse incluso dentro do MDB e gozando de certa autonomia para se organizar. Ainda devemos registrar que a partir de 1974 o MDB torna-se, de fato, um guarda-chuva político para as organizações de esquerda do período que buscavam burlar a ditadura e eleger representantes dentro desse partido: elegiam como se fosse “simples” candidatos do MDB, mas na verdade respondiam às diretrizes das organizações de esquerda tornando, assim, o MDB um verdadeiro biombo político (KINZO, 1988; MOTTA, 2007).

Em síntese, a ditadura abria as portas, mas necessariamente a direção do PCB deveria ser cortada, pois o objetivo era deixar o partido sem uma estrutura articulada, sem direção organizativa consolidada, de modo a deixá-los sem poder de ação, buscando, assim, confundir o plano de ação dos militantes que estavam dispersos pelo país. Sentença acertada, pois o PCB ficara sem direção efetiva neste período – segunda metade da década de 70 –, em face da severa repressão que se abateu, com o assassinato de parte do CC. Com a repressão imposta, a outra parte da sua direção se espalhou pela Europa. Prestes, que já tinha saído do Brasil em 1971, em virtude do acirramento da ditadura no período Médici, encontrava-se na URSS desde então. Portanto, os soviéticos nesse momento não serviam apenas como esteio teórico, mas também como exílio para os militantes comunistas do PCB, que lá se encontravam exilados.

Ainda precisamos realçar que algumas parcelas das corporações militares tinham interesse de uma volta segura aos quartéis. Para tanto, buscavam promover

uma distensão segura do aparelho coercitivo da ditadura militar – em tempo, a aniquilação dos oponentes era em caráter seletivo, visando o CC do partido comunista. Porém, os dispositivos militares falhavam. Como exemplo paradigmático temos o assassinato de Vladimir Herzog, que mantinha ligações com o PCB, em 1975, e, posteriormente, em 1976, a morte do operário Manoel Fiel Filho. Esses assassinatos, mesmo vivendo sob o regime da ditadura, gerariam uma série de manifestações. Como resposta, o presidente Geisel demite o Comandante do II Exército, o General Ednardo D’Ávila Mello. Era o sinal que os meios de comunicação, sociedade civil, MDB e organizações de esquerda precisavam para efetivar um processo de construção de uma distensão, nas brechas do aparelho repressivo, visando assim a uma possível futura volta à democracia no Brasil.

Embora com a repressão existente, conforme salientado, a sociedade civil começara também modestamente a se reorganizar nas sucessivas lutas – tímidas, ainda num primeiro momento – na segunda metade dos anos 70. Realçamos que o foco da disputa se daria, realmente, nas eleições de 1978, as quais funcionaram como se fosse uma verdadeira disputa plebiscitária: MDB versus Arena. Além de extinguir a direção do PCB, a ditadura ainda editava uma série de medidas como o fito de buscar contornar a situação do caráter plebiscitário que estava tornando forma nas eleições, principalmente no sul-sudeste. Tais atitudes, longe de proporcionar à ditadura uma vitória nas urnas, pelo contrário, reforçava o caráter plebiscitário, proporcionando, assim, algumas vitórias reais ao MDB (LAMOUNIER, 1987; MENEGHELLO, 1989).

O Partido Comunista Brasileiro dentro do MDB-PMDB: a eleição de 1982 e a legalidade sonhada

No final dos anos 70 e início dos anos 80, encontramos o PCB um tanto quanto acéfalo e golpeado; de um lado, pela repressão implacável do regime militar e, de outro, espremido por novos movimentos sociais emergentes. Segundo Pandolfi (1995), os comunistas participaram do processo de luta e redemocratização do período, mas tiveram seu protagonismo relativizado e suplantado por outros novos atores que emergiram no processo de transição, dando ao PCB um semblante de anacronismo político, como se fosse um partido do passado. Além do mais, conforme já referido, o PCB, em virtude da sua tática mais moderada e em franca aliança com o MDB, acabava por gerar uma menor clandestinidade, conseqüentemente, uma maior ex-

posição de seus militantes, ocasionando muitas vezes em prisões generalizadas de quadros da sua agremiação, principalmente a partir do ascenso da viragem eleitoral de 1974. Conforme já enfatizado, o PCB, justamente por ter vários militantes eleitos, nos sucessivos pleitos – 1974, 1976, 1978 –, tornara-se também o alvo dos militares neste fim de década.

Em meio a este cenário de lutas, o Brasil, no final dos anos 70, viu-se diante dos novos movimentos sociais em curso, como as ondas de greves que varreram o ABC paulista, assim como as campanhas contra a carestia, a luta pela anistia, etc. O PCB, mesmo com candidatos eleitos nos pleitos, via-se debilitado nestes anos finais da década de 70, às vezes com as unidades regionais sem ligação com o Comitê Central. Em virtude da fragilidade partidária face à repressão, viu-se a reboque dos novos atores. Podemos ver claramente tal debilidade nas lutas sindicais do período, em que o PCB tinha menor poder no movimento sindical, ficando longe de ser protagonista, assim como esteve à distância de dirigir o processo e ter a hegemonia no campo das lutas, conquistando esta seara política o emergente Partido dos Trabalhadores (SANTANA, 2001).

Quanto ao PCB, conforme Menezes:

Durante os anos de 1978 e 1979 [...] na verdade, o que restava do PCB era apenas uma unidade aparente. No Brasil, o Partido encontrava-se disperso sob as asas dos vários MDB's regionais, muito mais ligados à frente oposicionista (MDB) em cada estado do que ao Comitê Central. Este também encontrava-se disperso, com seus membros em vários países da Europa e na URSS, reunindo-se apenas ocasionalmente. Por sua vez, as bases pecebistas no exterior também encontravam-se dispersas uma das outras e mais ainda em relação ao Comitê Central. (MENEZES, 2002, p. 348).

De qualquer modo, embora houvesse debilidade aparente, o PCB estava ainda vivo em núcleos regionais/estaduais no Brasil, com as suas respectivas células levando a política partidária, construindo partido e resistindo no processo de abertura política. Vemos que, no curso do final dos anos 70, há alguns pontos em destaque no que tange à abertura política, que são: o fim do AI-5 e a Anistia. Estes dois adventos são bem relevantes, pois trouxeram de volta os exilados e a liberdade dos presos políticos e, conseqüentemente, a oportunidade de uma reorganização mais efetiva por parte dos comunistas. Neste percurso, enfatizamos que, somente após a Anistia, em 1979, pode-se melhor construir (ou reconstruir) o partido, efetivar recrutamentos e divulgar as ideias partidárias, agora numa situação de maior visibilidade, como, por exemplo, a venda de jornais. Entretanto, isso acontecia ainda com muito cuidado,

uma vez que, com a extinção do AI-5, em 1978, findavam-se algumas regras de exceção, mas não findavam totalmente as advertências da militância no quesito segurança. Embora se vivesse nos primeiros atos do crepúsculo da ditadura, as agremiações partidárias ainda se dividiam entre o legal (PMDB) e o ilegal (PCB)¹.

Nesse momento, entre a reorganização partidária de 1979 e a eleição de 1982, vivia-se o período da denominada semi-clandestinidade; não mais a clandestinidade absoluta. Quanto à clandestinidade, é relevante enfatizar que esta era uma situação extrema da militância política, em que, por uma questão de sobrevivência física e em face da perseguição sofrida, muitos militantes comunistas precisaram tornar-se clandestinos em seu próprio país. Entrar para a clandestinidade implicava a troca dos seus nomes verdadeiros por outra identidade “fria” em seus documentos pessoais; também era necessário afastarem-se da família e de seu círculo de convivência, com o intuito de preservar a si mesmo e os seus afins (ARANTES, 1999). Em síntese: trabalhavam e viviam como se fossem outra pessoa. Obviamente que, dentro da rede partidária ilegal (PCB), a sua verdadeira identidade de militante comunista se mantinha. Mesmo assim, tinham que usar codinomes e medidas extremas de segurança, a fim de garantir a sua sobrevivência e, conseqüentemente, da sua organização.

No entanto, no novo momento que se abria (1979-82), tinha-se a chamada semi-clandestinidade: as pessoas trabalhavam, viviam, militavam com a verdadeira identidade, porém sempre receosas, não abrindo as questões do partido, não expondo totalmente o seu verdadeiro partido. Enfatizava-se o trabalho na dupla militância, tanto no PCB quanto dentro do PMDB, ou seja, o PMDB dava o suporte legal do locus militante, mas ainda se ocultava o vínculo partidário. Os recrutamentos partidários ainda eram feitos com cuidado, efetivados com muito receio, a fim de não expor a base partidária e sempre com medo de um possível retrocesso político. Ao mesmo tempo que essa dupla militância dava o suporte aos comunistas, por outro lado, o fato de ainda estarem na clandestinidade ainda ocasionava sérios dissabores, uma vez que não podiam construir a sua política às claras, assim como as demais organizações partidárias do período que tinham conseguido a sua legalização. Convém realçar que, em face das lutas do período e dos novos movimentos sociais,

¹ Em 1979, o presidente militar eleito, João Figueiredo, extingue o bipartidarismo: do seio do partido do governo Arena emerge o Partido Democrático Social (PDS). O MDB dá origem ao seu sucedâneo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Também, neste momento, consegue o seu registro o Partido Democrático Trabalhista (PDT), formado eminentemente com egressos do velho trabalhismo; o Partido dos Trabalhadores (PT), que galvanizava os egressos das lutas operárias do final dos anos 70; e, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sem expressão. Convém registrar que, como era esperado, o PCB não conseguiu a sua legalização partidária, tendo que continuar militando internamente dentro do PMDB.

principalmente o sindical, o Partido dos Trabalhadores (PT) acabava galvanizando o grosso da militância de esquerda e, por conseguinte, enfraquecendo ainda mais o combalido partido comunista.

Em relação à questão da dupla militância, este fenômeno poderá ser percebido com muito mais clareza e visibilidade no pleito de 1982. No tocante à importância do pleito de 1982 para o processo de redemocratização, este fundamentava-se nas seguintes razões: 1) seria através dos eleitos no pleito de 1982 que iria ser escolhido o novo presidente civil, eleito por voto indireto, através do Colégio Eleitoral; portanto, a eleição poderia pôr em xeque definitivamente a ditadura, dependendo da correlação de forças que se processaria neste cenário eleitoral; 2) pelo caráter de eleições gerais, para governadores, deputados federais, deputados estaduais, assim como para prefeitos e vereadores em diversos municípios (somente em capitais e nas chamadas áreas de segurança nacional não haveria eleição para prefeito); e 3) com a anistia e o fim do AI-5, conseqüentemente, há a volta dos exilados e a liberdade dos presos políticos, ocasionando que o PCB poderia se (re)organizar mais expressivamente, mesmo que dentro das instâncias peemedebistas.

Quanto aos comunistas (PCB), eles aproveitavam justamente o ascenso político do período (eleição de 1982), que era bastante propício, tanto para granjear espaço, quanto para ganhar novos militantes e, conseqüentemente, consolidarem-se no cenário político. Para tanto, contavam a seu favor com uma bem consolidada estrutura institucional do MDB-PMDB, uma vez que a relação infrapartidária dos comunistas com este partido legal estava bem estabelecida, em virtude dos longos anos de convivência. Assim, o PMDB servia perfeitamente como suporte para a consecução tática dos comunistas, tornando a eleição de 1982 um grande cenário político, em que poderiam denunciar a ditadura com mais veemência e com isto granjear mais apoio, aliados e militantes na luta contra o regime militar que caminhava para o seu fim.

No entanto, tal proximidade afetaria a estratégia do partido; pois, mesmo tendo ainda o socialismo como objetivo estratégico final *sine die* (MENEZES, 2002) e o centralismo democrático como organização partidária; sofreria alguns reveses dessa política a curto prazo, como, por exemplo, no que tange à perda de militantes para as fileiras do PMDB, em virtude da dupla militância. Essa bricolagem partidária não trouxe apenas prejuízo no que tange à perda da sua militância para o PMDB; mas, como aponta Pandolfi (1995), produziu também o esvaziamento do caráter de identidade do próprio partido, o que fazia com que o nome *Partidão* fosse somente um jargão afetivo da esquerda, de algo grandioso que já não mais existia. Não obstante os reveses infligidos pela ditadura militar, o PCB ainda perdia a sua maior referência:

Luiz Carlos Prestes, em 1981, numa briga interna que produziu um esvaziamento ainda maior das hostes partidárias.

De qualquer modo, em 1982, tentaram fazer o seu VII Congresso em São Paulo, o qual foi, porém, abortado pela repressão, em nome da Segurança Nacional. O congresso definitivo ocorreria somente em 1984 e seria veiculado com documento cujo título expressa bem os anseios da linha política comunista: *Uma alternativa para a crise brasileira: encontro nacional pela legalidade do PCB* (1984), no qual imprimia um caráter extremamente conciliador para a transição brasileira, dando o papel de fiador desse processo de transição ao PMDB. Em 1985, com a passagem do General Figueiredo e a posse de José Sarney, finalmente, desde a década de 40, o PCB consegue novamente o seu registro junto ao TSE. No entanto, a realidade mostrou-se aquém dos seus prognósticos. Com o advento da legalização partidária e a saída do PMDB, nem todos os militantes optaram por assumir a sua real agremiação partidária de origem, preferindo permanecer no PMDB (MELHEN, 1998). Ainda devemos enfatizar que ficar nesse partido não foi uma regra, mas de fato representou uma parcela muito grande da militância pecebista, que preferiu a “comodidade” de manter-se na arena peemedebista.

Não obstante, por mais esperanças que os comunistas tivessem com a tentativa de novamente voltarem a ser o *Partidão*, após a redemocratização, esse tornava-se definitivamente apenas um nome afetivo de um passado que não existia mais. Embora com os sucessivos influxos (nacionais e internacionais), nos quais o PCB buscou equilibrar-se, o certo é que os pecebistas apresentavam um severo atraso no curso das lutas sociais no Brasil, ou seja, quem pretendia ser a cabeça do movimento, ficara sendo a cauda. O partido buscou sempre dar respostas, mesmo quando as bases já se encontravam bastante distanciadas, conforme pode ser visto nas lutas do período, no qual o Partido dos Trabalhadores (PT) conquistou expressivo reconhecimento nas lutas dos trabalhadores, erodindo, por conseguinte, a base do PCB junto à classe operária que um dia ele sonhara emancipar (SANTANA, 2001).

O PCB na encruzilhada: entre a crise do socialismo e a reafirmação de identidade

Será preciso muito tempo antes que os estragos produzidos no tecido organizativo pelos anos de clandestinidade sejam cicatrizados. (PANEBIANCO, 2005, p. 139).

Embora o foco desse artigo seja os comunistas na sua última clandestinidade, torna-se pertinente enfatizar os (des)caminhos do PCB no início da década de 90. Realçamos que qualquer tentativa de explicação que destoe, ou melhor, que não atrele a explicação dos caminhos partidários aos eventos ocorridos no Leste europeu pecará na avaliação. Esse partido, herdeiro das velhas tradições bolcheviques, estivera ao longo de sua existência colado à práxis terceira internacionalista, bem como a todo o arcabouço do aparato do socialismo real, que legou uma série de modelos a serem aplicados. Porém, a história não se desenrolou como o esperado para esta seara comunista, uma vez que o socialismo real ruiu com o final da URSS. Sem pretender alinhar todos os pormenores que fizeram com que ocorresse a *débâcle* final do socialismo real, enfatizamos que uma série de elementos que já estavam na raiz da velha nação socialista serviu de fomento para tal destino final: modelo de produção extensiva, atrofia das funções do Estado, centralismo de partido, excesso de militarização, etc.

Embora na sua origem a política de Gorbachev tenha ido ao encontro dos anseios da população soviética, e mesmo de comunistas ao redor do mundo que ansiavam por uma política de maior transparência e democracia, a *Perestroika* não logrou o resultado esperado. A população não apoiou Gorbachev em sua política equanimemente, vindo a fragmentar a sua base de apoio e emergindo novos dirigentes mais focados com as novas ordens econômicas do mercado mundial. Assim, uma nova ordem social emergia no cenário político da década de 90, sepultando sonhos geracionais. Obviamente que, nesse processo de ruptura de paradigmas, os PC's ao redor do mundo também vieram a sofrer as sequelas do fim do modelo do socialismo real. Registramos, assim, que o PCB foi fatalmente ferido nesse processo, liquidando, por conseguinte, o seu legado político com a construção do PPS por uma parcela de militantes comunistas.

Entretanto, fazemos algumas ressalvas acerca desse final fatalista e diretamente ligado ao PCUS-URSS. Devemos ponderar em face que o PCB já vinha de uma década de derrota tanto no plano eleitoral, quanto no plano sindical, sendo erodidas as suas bases tanto à esquerda, quanto à direita. Nesse período, conforme já realçado, o PT conseguira galvanizar o grosso da militância sindical, campo que seria por excelência da seara comunista. Além disso, ainda pesava um excesso de atrelamento ao MDB-PMDB na transição pactuada, que fez com que perdesse diversos militantes para esta seara política. Também destacamos que esse atrelamento político, em conjunto com estas agremiações que compunham a Nova República, ocasionou um severo déficit do PCB nas urnas e do perfil deste como partido combatível, sendo

capitalizado este elemento pelo PT. Ainda em face de insistir nas suas diretrizes políticas em diversos congressos, na perspectiva do socialismo calcado em cima de uma *democracia como valor universal*, principalmente a partir do VII Congresso, priorizando: 1) bem mais a cultura política democrática brasileira, 2) do que uma política com características na Terceira Internacional, que visasse à luta de classes e transformação revolucionária; tornou-se, por conseguinte, também este um fator determinante deste enfraquecimento partidário.

Em síntese, destacamos que houve a existência, ao longo da trajetória do PCB, do equilíbrio tenso entre as características nacionais e internacionais; e que, por conseguinte, ativaram-se clivagens distintas. No tocante especificamente ao ocaso ocorrido com o fim do socialismo, este evento foi, de fato, o elemento determinante que faltava para a clivagem reformista tentar sepultar o velho partido e fundar uma nova agremiação. Dessa forma, podemos enfatizar que o PPS não surge dos escombros do velho PCB, mas sim nasce fecundo destas clivagens fomentadas ao longo da década de 70 e 80, as quais ativaram esse modelo impresso na democracia e na representação política como sendo a sua função partidária principal, em detrimento do trabalho focado na classe trabalhadora, movimentos sociais e sindicatos. Assim, consideramos que o X Congresso, em janeiro 1992, que modificou a natureza do PCB para PPS, foi um ajuste de contas forçado, tanto da história, quanto deste grupo majoritário que logrou vencer a contenda e se consolidar como elite dirigente, fomentando a construção do PPS.

Devemos sublinhar que, em novembro de 1991, Roberto Freire “registrou no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) as marcas símbolos do PCB: a foice e o martelo, o nome Partido Comunista Brasileiro, a sigla PCB e a expressão partidão” (SILVA, 1999, p. 271). Tal atitude, inédita na seara política nacional, serviu ainda mais para acirrar os ânimos dos minoritários descontentes com os rumos do PCB. Da parte dos oponentes, “o Movimento Nacional em Defesa do PCB entrou com requerimento junto ao INPI solicitando a recusa do inusitado pedido. Na fundamentação, os signatários denunciam que o assunto jamais foi discutido no Diretório Nacional” (SILVA, 1999, p. 271). Segundo Silva, foram rachados dois polos para o X Congresso, que ficaram com o nome de Renovadores Modernizantes, aqueles que defendiam mudanças dentro do PCB; e os denominados Renovação Revolucionária, os que queriam a manutenção do PCB com a tradição Terceira Internacionalista. O número seguinte do Boletim Informativo do Movimento Nacional de Defesa do PCB, de dezembro de 1991 (p. 01), destacava que:

Os militantes do Movimento Nacional de Defesa do PCB e todos aqueles que se juntaram à proposta de dar continuidade ao PCB, irão participar do X Congresso com a disposição de derrotar o liquidacionismo e manter a mística do ‘Partidão’, reafirmando a posição sobre a atualidade da questão comunista, não por profissão de fé, mas baseados na lógica histórica dos conflitos sociais, como resultado da luta de classes. [...] A nossa principal tarefa após o X Congresso, será reconstruir o Partido, desmontado pelo grupo liquidacionista que se apossou da direção do Partido Comunista Brasileiro).

Nesse mesmo Boletim (1991, p. 01), vinha à tona a contenda da disputa do nome e símbolo do partido: “considerando que o parlamentar Roberto João Pereira Freire, apesar de eleito pela legenda do PCB, tem o direito de criar outro partido, mas não o de tentar inviabilizar o partido que renega”. Devemos realçar que nesta briga até o jargão “Partidão” estava em disputa, expressão essa que há muito anos (ou décadas) não representava mais o verdadeiro tamanho do PCB. Com a sedimentação de dois grupos declaradamente oponentes, a contenda começou a atingir lances dramáticos, pois cada grupo se autodeclarava o sucessor legítimo da velha cepa do PCB.

Nesta perspectiva, a década de 90 se abre com dois partidos reivindicando a legitimidade como oriundos do velho tronco de 1922. Porém, esses dois partidos – PCB e PPS – tiveram caminhos muito divergentes na década de 90. Ao passo que o PCB (Reconstrução Partidária) procurou construir uma alternativa de esquerda, de fato, na seara política nacional; o PPS iria cada vez mais se enquadrando e sendo um partido da ordem institucional. Quanto a este “novo” PCB, refundado em 1993, percebemos que houve um aprofundamento teórico dentro de um modelo mais ortodoxo, como se fosse uma volta ao passado, como se buscassem o elo perdido da sua velha matriz política. Neste sentido, buscariam reestruturar o partido nacionalmente, mesmo com as severas sequelas que tinham havido no X Congresso e com o PPS brigando na justiça pelo seu nome jurídico. Mesmo tentando imprimir uma posição de esquerda, não logrou nenhuma inserção nas urnas, palco esse secundarizado por esta agremiação, em virtude de uma construção política eleitoral pouco atraente para o eleitorado brasileiro, apoiada em princípios eminentemente classistas.

No tocante ao PPS, conforme observamos, esse partido, após o X Congresso, começou a apresentar uma opção viável na arena política, inserindo na sua agremiação eminentes dirigentes egressos de outras instâncias partidárias. O PPS teve um processo contínuo de crescimento nas urnas, a partir de uma política mais moderada e com abrandamento do seu caráter classista. Embora reivindique a herança do velho partido comunista e em suas diretrizes políticas ainda carregue a insígnia do socialismo, constatamos que, no desenrolar das eleições, este partido estaria cada vez

mais associado ao campo institucional da “grande política”, na perspectiva de tentar (e conseguir) eleger vereadores, prefeitos, deputados estaduais, deputados federais e senadores.

Considerações Finais

Os comunistas brasileiros representados pelo PCB permaneceram a maior parte da sua vida legal na clandestinidade, desde o seu nascedouro, lutando contra o status quo, e buscando construir uma alternativa ao socialismo no Brasil. Essas pessoas gozaram de poucos momentos de legalidade política, sendo o período mais severo a ditadura militar, de 1964 a 1985. Nesse período, o partido se viu caçado como oponente do regime militar, fato este que fez aprofundar ainda mais a sua clandestinidade política. Mesmo com severo cerceamento, conseguiu imprimir uma aguerrida luta no combate à ditadura militar e estabelecer-se como veículo tático na luta, através do MDB, desde a fundação deste partido, dando suporte para as sucessivas eleições, desde os anos 60 até o início dos anos 80.

Conforme verificado, o PCB serviu de fiador do MDB junto às outras organizações do período e, principalmente, trazendo os mais radicalizados para dentro da política partidária emedebista. Tais conjuntos de atores conseguiram colocar em xeque o regime militar nas sucessivas eleições ao longo da década de 70, dando um caráter plebiscitário aos sucessivos pleitos. Não obstante, na luta surgiram novos atores no final dos anos 70. Devemos realçar que, nesse período, os comunistas não conseguiram a sua tão sonhada legalidade, com a reforma partidária, desbotando ainda mais o velho partido no cenário político nacional. Assim, na medida que emergia um conjunto de novos atores e novos partidos políticos, o PCB continuava incluso dentro do PMDB, sem poder mostrar a sua real política, servindo de fiador para a consecução da Nova República, que viria através do protagonismo do PMDB.

Em síntese, tais fatos combinados – a clandestinidade longa e a dupla militância – trouxeram um severo ônus à dinâmica partidária, fazendo com que os seus militantes perdessem a identificação com a organização comunista e alguns preferissem assumir o PMDB, mesmo após a legalização partidária, em 1985. Finalizando, as esperanças malogradas das Reformas de Base dos anos 1960, que entre outras questões pontuais vislumbravam a legalização partidária do PCB, foram sepultadas em face da cruel ditadura militar. Somente se pode efetivar o registro legal com a Nova República, em 1985, ou seja, somente 21 anos depois conseguiram sair da clandesti-

nidade. No entanto, o Brasil e o mundo estavam modificados e o cenário político era outro. O PCB era um partido do “passado”, pois: 1) novos atores e Partidos surgiam junto à classe trabalhadora; e, além disso, 2) uma longuíssima clandestinidade imposta pela ditadura militar auxiliava no anacronismo do partido. Concluindo, na esperança de um renascimento no novo período pós-1985, aportam na seara do PCB novos programas e discursos advindos do Leste europeu, como a Perestroika, no final dos anos 80. No entanto, esse novo referencial seria definitivamente sepultado com o fim da URSS, em 1991, em mais uma tentativa malograda. Tais conjuntos de fatos e eventos combinados ao longo das décadas acabaram refletindo na tentativa de “extinção” simbólica do velho PCB, no início de 1992, e com a fundação do PPS (muito embora este partido tenha pouca identidade, de fato, com o velho tronco comunista). Nessa perspectiva, a partir destes apontamentos elencados, destacamos que uma clandestinidade muito longa, como a que foi imposta ao PCB pela ditadura militar brasileira, também ceifa uma organização partidária, pois a fragmenta ao longo do tempo, erodindo a sua militância e não dando veículo para criar uma institucionalização partidária estável, ou seja, a clandestinidade também pode matar.

Recebido em novembro de 2014, aprovado em março de 2015.

Referências Bibliográficas

AARÃO REIS FILHO, Daniel. A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ARANTES, Maria Auxiliadora. Pacto (revelado): psicanálise e clandestinidade política. São Paulo: Escuta, 1999.

DEBRAY, Régis. Revolução na revolução. Havana: Casa de Las Américas, 1967.

DELLA VECHIA, Renato da Silva. Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973). Dissertação. (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

DREIFUSS, René. 1964. A conquista do Estado: ação, política e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FIGUEIREDO, Argelina. Democracia ou reformas?: alternativas democráticas à crise política: 1964-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FIGUEIREDO, César Alessandro S. A relação dos PC's com o MDB-PMDB no cenário da transição e as eleições de 1982 no RS. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GASPARI, Elio. A ditadura escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUEVARA, Ernesto Che. A guerra de guerrilhas. São Paulo: Edições Populares, 1980.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

KINZO, Maria D'Alva Gil. Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB – 1966/1979. São Paulo: Vértice, 1988.

LAMOUNIER, Bolívar. Perspectiva da consolidação democrática: o caso brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 2. n. 4, junho. 1987, p.43-64.

MARIGHELLA, Carlos. Mini manual do guerrilheiro urbano e outros textos. Junho de 1969. (Mimeo).

MENEGUELLO, Raquel. PT: a formação de um partido (1979-1982). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997). São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MELHEM, Célia Soilbelmann. Políticas de botinas amarelas: o MDB-PMDB paulistano de 1965 a 1988. São Paulo: Hucitec, 1998.

MENEZES, Marcus Vinicius Bandeira de. Estratégias e táticas da revolução brasileira. Prestes versus o comitê central do PCB. Dissertação. (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as esquerdas. In: FERREIRA, J.; AARÃO REIS FILHO, D. Revolução e democracia (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

PANDOLFI, Dulce. Camaradas e companheiros: memória e história do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Fundação Roberto Marinho, 1995.

PANEBIANCO, Angelo. Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SADER, Emir. Cuba no Brasil: influências da revolução cubana na esquerda brasileira. In. AARÃO REIS FILHO, D. História do marxismo no Brasil. V. 1. O impacto das revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SANTANA, Marco Aurélio. Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

SARTORI, Giovanni. Partidos e sistemas partidários. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: UNB, 1982.

SEGATTO, José Antônio. Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB, 1954-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SILVA, Antônio Ozaí da. Os comunistas diante do muro: o marxismo-leninismo entre a negação e a afirmação da tradição stalinista. Revista Diálogos, Maringá, v. 3, n. 1, 1999.

PCB – DOCUMENTOS CITADOS:

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Uma alternativa para a crise brasileira: encontro nacional pela legalidade do PC. São Paulo: Novos Rumos, 1984.

O PCB continua: O socialismo vencerá. BOLETIM INFORMATIVO DO MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DO PCB, Rio de Janeiro, dez. 1991.